

An illustration on the left side of the slide features a green stylized figure in the foreground, and behind it, an orange stylized figure holding a large yellow puzzle piece. Other yellow puzzle pieces and a blue sphere are scattered around. The background is split into a grey left half and an orange right half.

Desafios na Governança Tributária a partir da evolução do Projeto SPED

Raphael Matos Sobrinho

- Bacharel em Direito
- Bacharel em Ciências Contábeis
- Especialista em Direito Tributário
- Mestrando em Administração - Governança Tributária

<https://youtu.be/PlInozgkrjw>

Autuações da Receita Federal crescem mais de 12% no 1º semestre de 2017

Fiscalização

Com enfoque maior da Fiscalização, autuações das Contribuições Previdenciárias cresceram 54,5% no primeiro semestre de 2017

Publicado: 18/07/2017 13h18

Última modificação: 26/07/2017 15h46



No 1º semestre de 2017 a Fiscalização da Receita Federal lançou R\$ 73,6 bilhões em autuações, o que representa um crescimento de 12,6% em relação ao 1º semestre de 2016, quando o valor foi R\$ 65,4 bilhões.

A quantidade de auditorias externas aumentou 9,2%, e a de revisão de declarações cresceu 14,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Destacam-se as autuações das contribuições previdenciárias, com um incremento de 54,5% na mesma base de comparação.

Na Operação Lava Jato atingiu-se o valor de R\$12,8 bilhões. A Fiscalização da Receita já estava atuando nos casos que causaram prejuízo à Petrobrás antes da fase ostensiva dessa operação, quando houve a autuação do caso Schain, referente a produção de plataformas, cuja autuação foi de R\$ 4,72 bilhões.

Receita anuncia resultado de Operações de Fiscalização de Alta Performance

Fiscalização

Hoje pela manhã foi realizada entrevista coletiva para apresentar os resultados das ações de fiscalização relativas à Contribuição Previdenciária e ao Simples Nacional

Publicado: 26/09/2017 15h05

Última modificação: 26/09/2017 19h19

 Tweetar

 Curtir 15

 G+



A Subsecretaria de Fiscalização – Sufis iniciou a terceira etapa das ações do Projeto Malha Fiscal Pessoa Jurídica em 2017, com foco em sonegação fiscal no âmbito das Contribuições para a Previdência Social. Antes de os autos de infração terem sido encaminhados, os contribuintes foram alertados do conteúdo dos fatos geradores e tiveram a oportunidade de se autorregularizarem. O prazo de autorregularização encerrou-se em 30/6/2017.

Inicialmente, foram expedidas 7.271 intimações, das quais, 2.382, 32% aproximadamente, não corrigiram as informações declaradas, nem recolheram os tributos devidos. Esses contribuintes serão autuados com multas de 75%. Os contribuintes que se autorregularizaram retificaram suas declarações em valores globais de R\$ 340 milhões (evitando a imposição de multa de aproximadamente R\$ 255 milhões). Esses contribuintes já efetuaram pagamentos de R\$ 70 milhões. Para os demais contribuintes que não se autorregularizaram as autuações totalizarão R\$ 160 milhões e multa de ofício de R\$ 120 milhões, sem incluir os juros.

SECRETARIA DA FAZENDA



18/09/2017 • Sefaz tem unidade de atendimento mais ampla no novo SAC de Juazeiro

15/09/2017 • Veículos com placas de final zero ainda têm desconto de 5% no IPVA

13/09/2017 • Segunda turma de MBA sobre PPP tem aula inaugural com Luiz Beluzzo

13/09/2017 • Sefaz-Ba não é alvo

21/09/2017

Malha do Antecipa pode tornar inaptos 1,2 mil contribuintes do Simples

Sistema Antecipa foi desenvolvido com o objetivo de modernizar os processos do fisco estadual relativos à antecipação parcial e total do ICMS, como parte das inovações do programa Sefaz On-Line, e vem produzindo ganhos na arrecadação.

Desenvolvido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), como parte das inovações trazidas pelo programa Sefaz-Online, o sistema Antecipa já convocou, desde outubro de 2016, 5.674 contribuintes inscritos no Simples Nacional para tratar de inconsistências encontradas nos cálculos relativos à antecipação tributária. Desse total, 4.447 mil regularizaram sua situação, e as 1.227 restantes estão sendo alvo de ação fiscal por parte da Secretaria da Fazenda, podendo ser tornadas inaptas. A medida significa que, na prática, esses contribuintes ficarão impedidos de operar.

A atuação do Antecipa já apresenta resultados concretos. O sistema ampliou em 12,9% a arrecadação do ICMS do Simples Nacional no primeiro semestre de 2017 em comparação com o mesmo período do ano passado. O montante arrecadado passou de R\$ 440,04 milhões de janeiro a junho de 2016 para R\$ 496,8 milhões esse ano. Mesmo descontada a inflação, o crescimento é expressivo, de 9,17%.

Outro resultado significativo obtido com a utilização do Antecipa junto à carteira do Simples Nacional ocorreu na recuperação de créditos, que compreende as receitas oriundas de ações fiscais envolvendo créditos vencidos do ICMS: neste caso, o crescimento nominal, também relativo ao primeiro semestre, foi de 46,65%, com a arrecadação tendo passado de R\$ 16,2 milhões em 2016 para R\$ 23,8 milhões em 2017.

Outras Notícias

SECRETARIA DA
FAZENDA

19/09/2017 • Oito mil contribuintes em débito com o ITD recebem comunicado da Sefaz

18/09/2017 • Sefaz tem unidade de atendimento mais ampla no novo SAC de Juazeiro

15/09/2017 • Veículos com placas de final zero ainda têm desconto de 5% no IPVA

12/09/2017

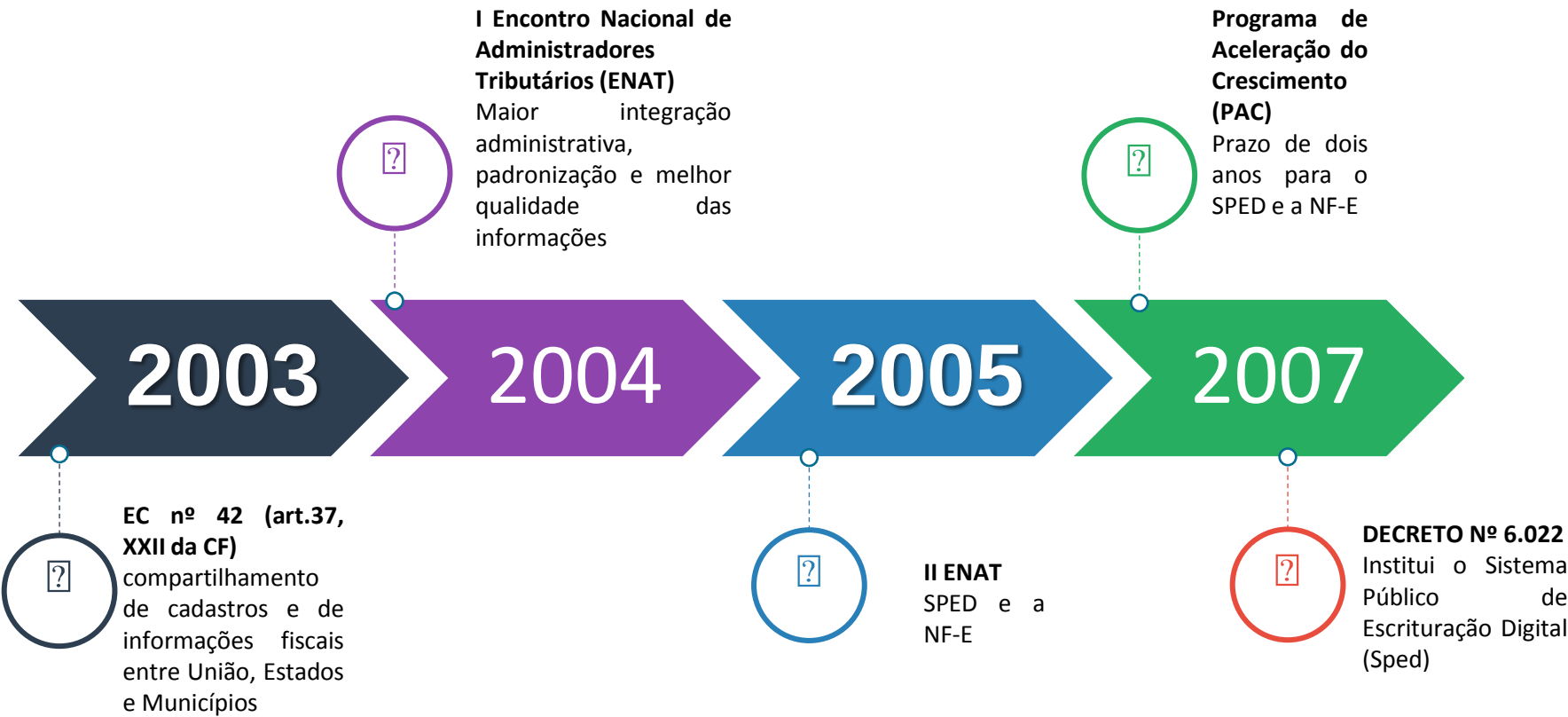
Sefaz intensifica fiscalização do envio da Escrituração Fiscal Digital

Os mais de 40 mil estabelecimentos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) obrigados a enviar todo mês a Escrituração Fiscal Digital (EFD) para a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) devem ficar atentos ao prazo de encaminhamento dos arquivos e à qualidade das informações apresentadas: a Sefaz-Ba está ampliando a fiscalização desta obrigação, com o objetivo de identificar mais rapidamente possíveis inconsistências ou até mesmo o envio de escriturações sem conteúdo.

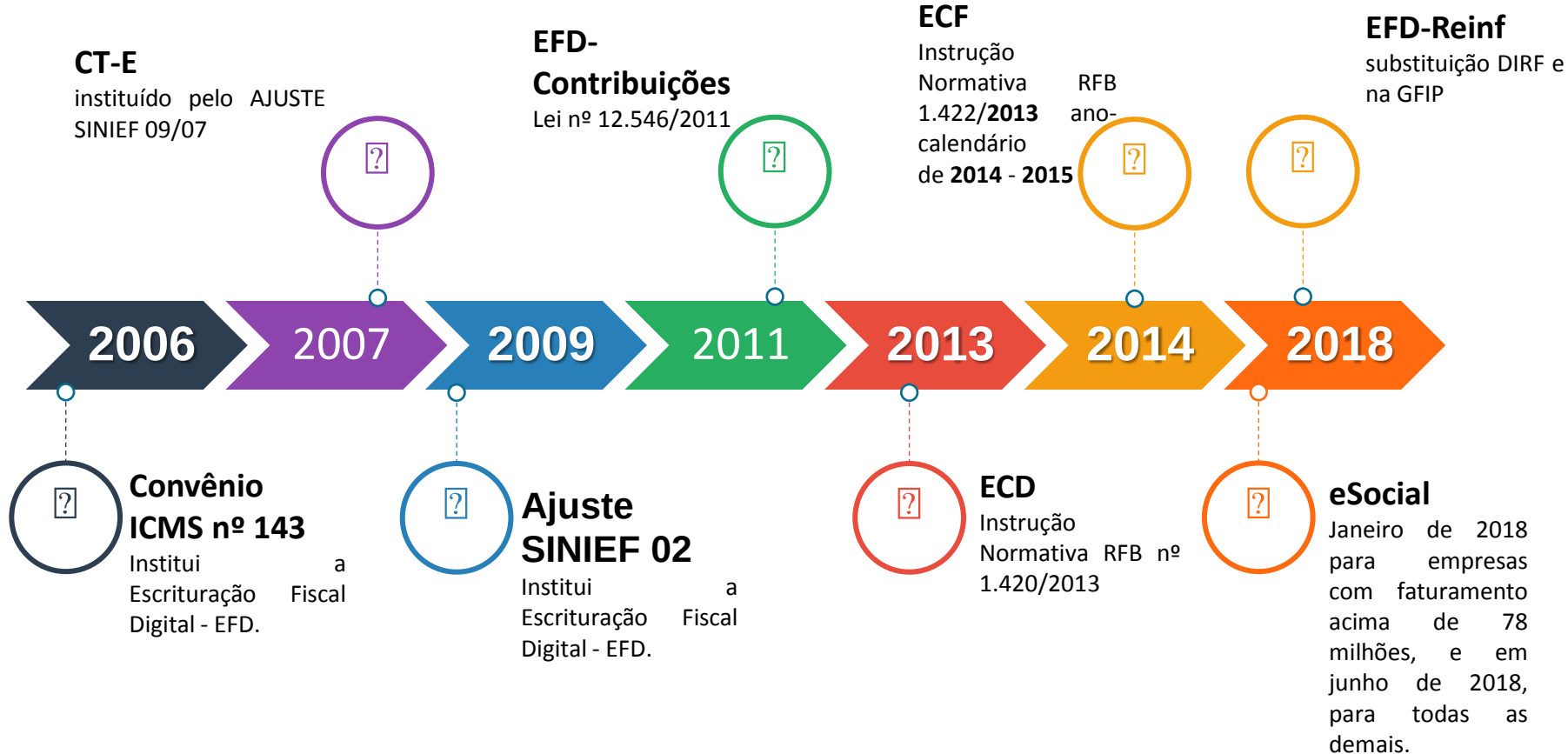
A Escrituração Fiscal Digital é um arquivo digital, de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ela reúne um conjunto de registros de apuração de impostos, referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, e ainda documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. A EFD deve ser enviada mensalmente, até o dia 25 do mês, com os registros da movimentação econômica do mês anterior.

O valor da multa aplicada pelo fisco estadual em caso de descumprimento do envio dos arquivos da EFD é de R\$ 1.380 por declaração não entregue, ou entregue em atraso. A Lei nº 12.917, de 31/10/13, prevê também a mesma multa nos casos de entrega de arquivos incompletos, sem registros e/ou informações obrigatórias.

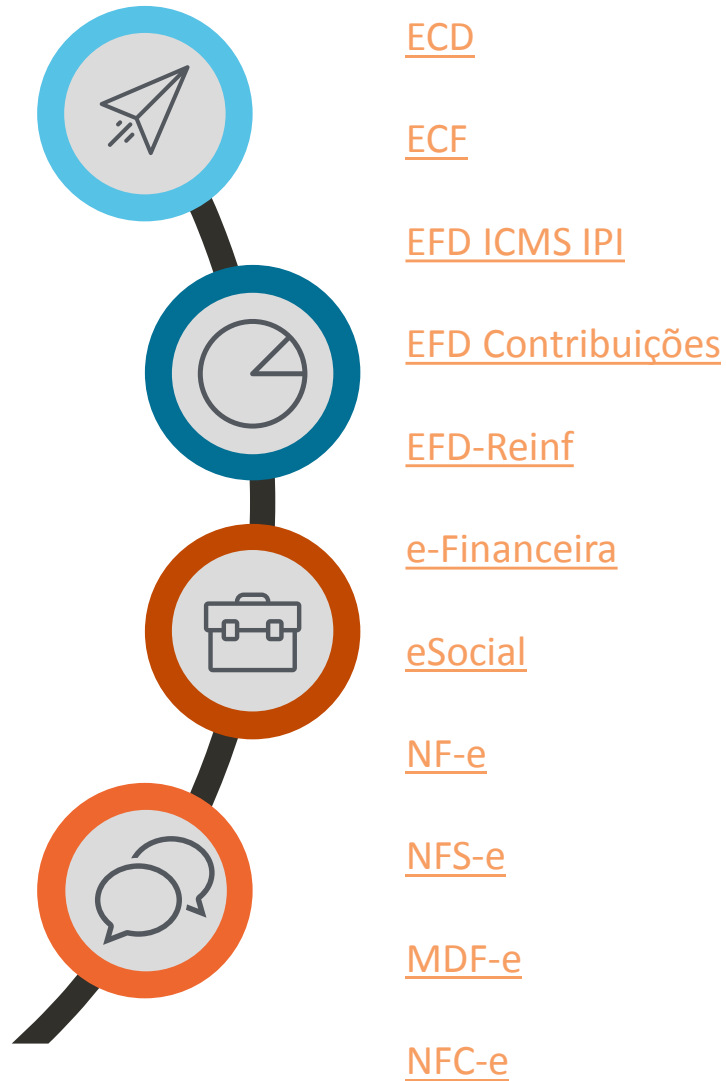
Histórico de Evolução do Pré-Projeto SPED



Histórico de Evolução Projeto SPED



Universo de Atuação



CONTROLE DE PRAZOS DE RETORNO
DE REMESSAS PARA INDUSTRIALIZAÇÃO

AUDIN MANAD DAON DF-LE

TRANSFER PRICING ECF EFD IRPJ

DARF ATO COTEPE 35/70

PERDCOMP DAPI DIME

DIEF's GW-DJ3

CONTROLE DAS
PARCELAS DO CIAP

DRAWBACK

PAFECE

SEFIP/GRF

RAIS

CONTROLE MENSAL
DO INVENTÁRIO

REINTEGRA

SPED

CONTROLE DE
TRANSFERÊNCIA
DE UNIDADES

FCONT GIM's

EFD Social

EFD Contribuições

NF-e

DCTF

GIA-M'S

EFD IRPJ

ECD FCONT

DIAP GIA's

IN86 DIC

EFD-PE

CRÉDITOS ACUMULADOS DE ICMS SP

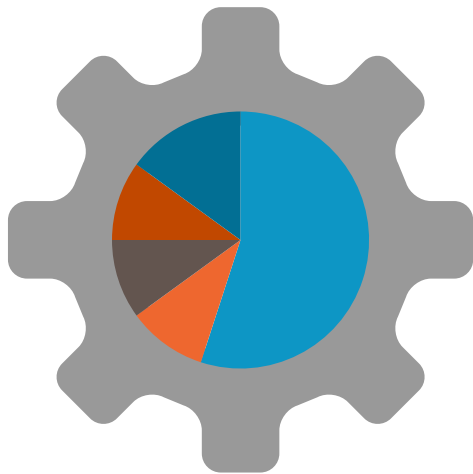
DAM'S

DECLAN

DIRF DIMOB

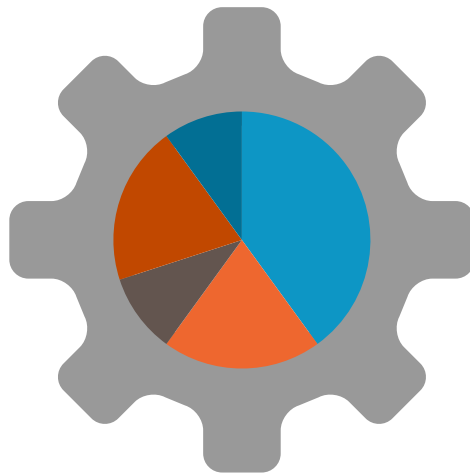
EFD ICMS/IPI

DRIVES PROJETO SPED



INTEGRAÇÃO

Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais.



RACIONALIZAÇÃO

Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.



FISCALIZAÇÃO

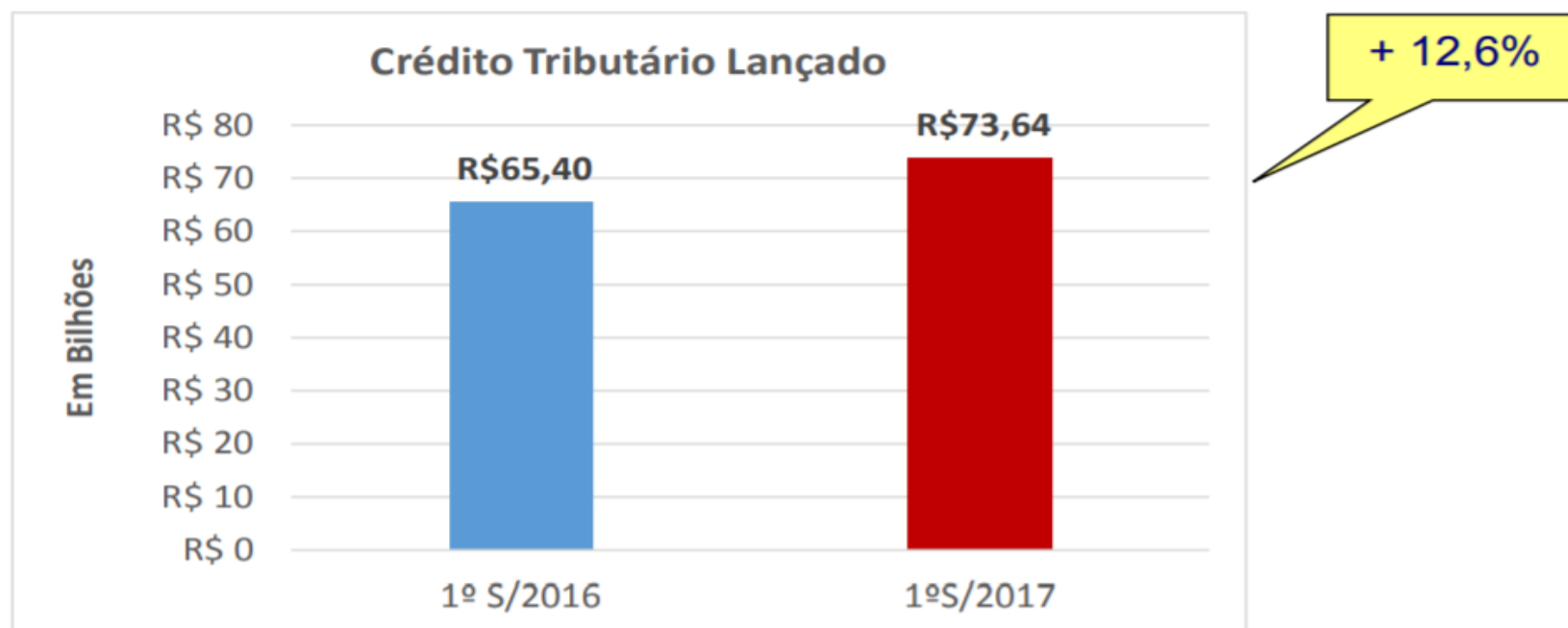
Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica

Dados Estatísticos de Fiscalização

RESULTADOS ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

1. Crédito Tributário constituído pela Receita Federal no primeiro semestre de 2017 atinge R\$ 73,636 bilhões e representa um incremento de 12,6% em relação ao mesmo período de 2016

No primeiro semestre de 2017 a Fiscalização da Receita Federal constituiu R\$ 73.636.074.849 de crédito tributário, o que representa um acréscimo de R\$ 8.233.726.301 em relação ao 1º semestre de 2016, que foi R\$ 65.402.348.548. Esse é o segundo maior valor recuperado em um primeiro semestre pela Fiscalização, sendo superado apenas pelo primeiro semestre de 2015, quando foi lançado R\$ 75.133.635.560.



Dados Estatísticos de Fiscalização

2. Quantidade de procedimentos fiscais executados no 1º semestre de 2017

As quantidades de procedimentos de auditoria externas e de revisão de declarações aumentaram 9,2% e 14,9%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2016.

Consolidado	Junho 2016		Junho 2017		Variação de 2016 a 2017	
	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$
Auditorias Externas	4.928	63.222.850.863	5.383	70.874.066.474	9,2%	12,1%
Revisão de Declarações	170.785	2.179.497.685	196.309	2.762.008.364	14,9%	26,7%
Total Geral:	175.713	65.402.348.548	201.692	73.636.074.838	14,8%	12,6%

Dados Estatísticos de Fiscalização

3. Crédito Tributário por segmento ou ocupação profissional

Pessoas Jurídicas	2016		2017		Variação	
	Qtd	Crédito (R\$)	Qtd	Crédito (R\$)	Qtd	Crédito (R\$)
Comércio	652	5.043.152.862	664	13.837.934.929	1,8%	174,4%
Prestação de serviços	692	6.779.851.169	695	5.779.504.726	0,4%	-14,8%
Indústria	840	26.209.377.815	927	31.103.876.491	10,4%	18,7%
Transporte e serviços relacionados	153	1.031.451.931	180	2.101.756.566	17,6%	103,8%
Construção civil	142	7.210.682.149	173	2.769.024.424	21,8%	-61,6%
Serviços de comunicação, energia e água	33	1.446.718.933	35	1.013.625.304	6,1%	-29,9%
Serviços financeiros	60	7.619.794.076	92	5.690.628.070	53,3%	-25,3%
Sociedades de Participação	45	1.841.545.015	44	3.867.945.458	-2,2%	110,0%
Outros setores	276	1.653.775.007	412	2.533.744.864	49,3%	53,2%
Total Fiscalização Pessoa Jurídica	2.893	58.836.348.957	3.222	68.698.040.832	11,4%	16,8%
Lançamento de Multa PJ	73	85.553.414	141	185.541.372	93,2%	116,9%
Total Revisão de Declarações PJ	1.827	1.608.439.442	2.798	1.788.395.439	53,1%	11,2%
Total Geral Pessoa Jurídica	4.793	60.530.341.813	6.161	70.671.977.643	28,5%	16,8%

Dados Estatísticos de Fiscalização

Descrição/Ano-Calendário	Quantidade Contribuintes	VEL (*)	VEL Médio
Previdência - % RAT (GILRAT) - visa apurar valores de CP a partir da diferença entre Valor do RAT Ajustado Devido/Apurado e Valor do RAT ajustado declarado Dados dos AC 2012 a 2015	6.285	R\$ 386.710.177,00	R\$ 61.529,00
GFIP-Falso Simples - visa apurar valores de CP Patronal, CP GILRAT e CP terceiros a partir de indícios de contribuintes que se declararam como optantes do SN em GFIP mas que não faziam jus a tal forma de apuração Dados do AC 2013	14.115	R\$ 510.946.895,00	R\$ 36.198,00

Desafios e Oportunidades



		Desafios	Oportunidades
Pessoas		Implementar a gestão de mudança.	Identificar os pontos focais, que irão sustentar e influenciar na mudança de cultura.
		Adequar perfis às atividades.	Redesenhar das funções e atividades baseados nos perfis identificados.
		Identificar fragilidade de qualificação técnica.	Qualificar tecnicamente o quadro funcional.
		Avaliar a forma de execução das atividades.	Analisar a necessidade de direcionar parte ou totalidade das atividades para serem executadas por outras empresas especializadas.
		Implementar a gestão da comunicação.	Empregados, em seus diferentes níveis, integrados e imbuídos de suas responsabilidades perante as novas obrigações.

Desafios e Oportunidades



	Desafios	Oportunidades
Estrutura de Negócio	Identificar o gestor e os responsáveis pela guarda, fornecimento e entrega das informações.	Revisar ou criar matrizes de responsabilidades, considerando: Papeis das área envolvidas; Definições de acordos a nível operacional; Definição da governança das informações, desde a sua origem até o envio a RFB.
	Atender os prazos legais.	Nulidade ou diminuição das notificações ou autos fiscais.
	Conscientizar os gestores da empresa.	Fortalecimento da interação e colaboração dos gestores.

Desafios e Oportunidades



	Desafios	Oportunidades
Tecnologia da Informação	Adequar o ambiente de guarda e geração das informações.	Rever o ambiente de TI para avaliar a necessidade de adequações nos sistemas existentes ou a mudança para outra plataforma.
	Sanear as informações.	Poder contar com informações coesas e consistentes.
	Manter a equivalência das informações que constam em diversas obrigações acessórias.	Implementar ou solidificar os controles existentes.
	Propiciar maior autonomia das áreas geradoras das informações.	Avaliar a autonomia por meio de implementação de mecanismos sistêmicos.

Alinhamento com as melhores práticas de Governança Tributária



Sintonia com as melhores práticas de Governança Tributária



Alinhamento com os requisitos da SOX e das IFRS



Parametrizado para o modelo SPED



Apontamento de inconsistências sobre as informações fiscais eletrônicas contidas nas obrigações tributárias, nos Sistemas de Apoio Fiscal e demais plataformas



Atuação preventiva sobre eventuais riscos tributários e em relação à autuações fiscais



Melhorias nos processos internos

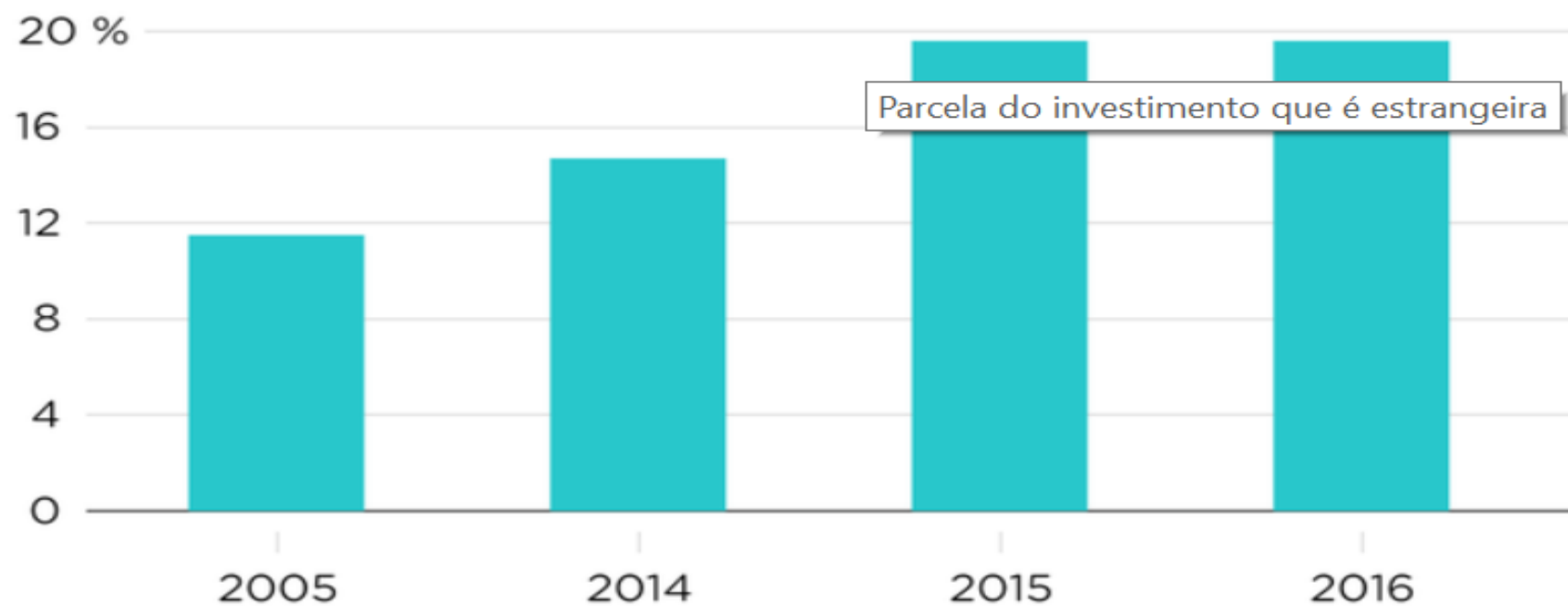




COMPETITIVIDADE

QUANTO DO TOTAL INVESTIDO É ESTRANGEIRO

Parcela dos investimentos no Brasil que vem de fora



Fonte: Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)



raphael.matos@lexconsult.com.br

+55 71 3183-1857

+55 71 98154-2408

Rua Frederico Simões, 25,
Caminho das Árvores,
Edf. Liz Empresarial, 13º andar
Salvador, BA – Brasil

www.lexconsult.com.br
